

Ensaio

Pensar com rigor em Economia: Falácias comuns e os limites da condição “*ceteris paribus*”¹

Gabriel Osório de Barros²

Resumo

A clareza no raciocínio e a precisão na análise são essenciais na Economia, onde falácias podem distorcer interpretações, enviesar decisões e influenciar negativamente o debate público. Este artigo tem um propósito pedagógico: identificar algumas das falácias mais comuns na disciplina, ilustrá-las com exemplos concretos e alertar para os riscos do uso acrítico de pressupostos, como a condição “*ceteris paribus*”. Ao promover uma reflexão crítica sobre estes erros recorrentes, pretende-se contribuir para uma análise económica mais rigorosa, informada e útil à boa formulação de políticas públicas.

1. Introdução

Em Economia, diversos erros de raciocínio lógico, ou falácias, surgem frequentemente em análises, debates públicos e decisões políticas. Estes equívocos podem comprometer a compreensão dos fenómenos económicos e conduzir a intervenções mal fundamentadas. Reconhecer e evitar estas falácias é essencial para uma análise económica sólida e para a formulação de políticas eficazes.

Neste sentido, o próximo capítulo organiza-se de forma progressiva: começa por falácias de natureza estrutural e lógica, passa por falácias causais, introduz uma falácia de análise sistémica e conclui com uma falácia de base psicológica com impacto económico.

¹ As opiniões expressas no documento são da responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia e Coesão Territorial.

² ISCTE-IUL (m3255@iscte-iul.pt)

Finalmente, é dedicado um capítulo específico à condição metodológica “*ceteris paribus*”, frequentemente mal compreendida ou aplicada sem a devida cautela, cuja utilização crítica é essencial para evitar interpretações erradas e para garantir a solidez da análise económica.

2. Falácias comuns no raciocínio económico

Nesta secção identificam-se algumas das falácias mais frequentemente observadas na análise e comunicação económica.

Em Economia, as falácias são erros de raciocínio que ocorrem quando se interpretam relações económicas com base em pressupostos errados, inferências inválidas ou simplificações abusivas.

Podem assumir a forma de generalizações indevidas, associações causais espúrias ou extrapolações do individual para o agregado, levando a conclusões enganosas com aparência de plausibilidade lógica ou empírica.

Estas falácias surgem frequentemente, como veremos seguidamente, no uso inadequado da lógica formal, na transferência mecânica de comportamentos individuais para o coletivo, na ignorância dos efeitos de equilíbrio geral ou interdependências sistémicas, ou, ainda, na aplicação irrefletida de modelos e condições sem atenção às suas limitações empíricas, como veremos no ponto seguinte.

Na prática, estas falácias não são meramente teóricas. Antes, influenciam o desenho de políticas públicas, a interpretação de dados económicos e o discurso mediático, sendo por isso cruciais de identificar e evitar.

A sua compreensão permite melhorar a qualidade do debate público e o rigor na formulação de políticas.

2.1. Falácia da composição

Consiste em assumir que o que é verdade para uma parte será também verdade para o todo:

"Fallacy of composition: A fallacy in which what is true of a part is, on that account alone, alleged to be also true on the whole." (Samuelson, 1955, citado por Caballero, 1992)

Por exemplo, se um pequeno grupo de consumidores começa a poupar mais durante uma crise, pode parecer desejável que toda a população faça o mesmo. No entanto, essa generalização ignora o Paradoxo da Poupança (Case et al., 2020): uma poupança generalizada pode reduzir a procura agregada, diminuir a produção e aprofundar a recessão.

Este tipo de raciocínio pode conduzir a políticas económicas desajustadas se não forem consideradas as interdependências entre os agentes económicos.

2.2. Falácia da generalização

Ocorre quando se tira uma conclusão geral a partir de uma amostra demasiado pequena ou não representativa ou a partir de informação parcial:

“Fallacies of statistical sampling occur in generalizations which rest upon an insufficient body of data-upon a “sample” which misrepresents the composition of the object in question.”
(Fischer, 1970)

Neste sentido, em Economia, generalizar pode ser enganador.

Por exemplo, nem todos os bens são mais procurados quando o rendimento aumenta. Com mais rendimento, os consumidores tendem a substituir bens mais baratos por alternativas de maior qualidade (como trocar carne do acém por carne do lombo ou a deslocação em autocarro pelo avião). Este tipo de substituição mostra como generalizações simplistas podem ser enganadoras, ignorando que a procura por certos bens (os chamados bens inferiores) pode, na verdade, diminuir com o aumento do rendimento (Case et al., 2020).

Esta falácia resulta de inferências precipitadas e ignora a variabilidade dos contextos e dos resultados.

2.3. Falácia do “*post hoc*”³ (ou da confusão entre sequência e causalidade)

A falácia do “*post hoc*” ocorre quando se assume que um evento foi causado por outro apenas por ter ocorrido posteriormente:

³ “*Post hoc ergo propter hoc*” que significa “depois disso, logo, causado por isso”.

"The post hoc fallacy occurs when we assume that, because one event occurred before another event, the first event caused the second event." (Samuelson e Nordhaus, 2010)

Por exemplo, associar uma recuperação económica a uma reforma política recente, sem considerar outros fatores relevantes (como a conjuntura externa ou a política monetária), constitui uma aplicação desta falácia.

Outro exemplo desta falácia é considerar que se os países ricos têm muitos sectores industriais desenvolvidos, então, para um país se tornar rico, bastará expandir a sua indústria. Este argumento ignora que a industrialização pode ser consequência (e não causa) da riqueza ou que outros fatores (como capital humano, instituições, estabilidade política ou acesso a mercados) podem ter sido os verdadeiros motores do desenvolvimento. A correlação entre industrialização e riqueza não prova, por si só, uma relação de causalidade (Letwin, 1963).

Neste caso, o erro está em confundir sequência ou coexistência com causalidade, tirando uma conclusão política ou económica com base numa associação mal interpretada.

2.4. Falácia do "cum hoc"⁴ (ou da correlação sem causalidade)

Esta falácia consiste em inferir uma relação causal entre dois fenómenos apenas porque ocorrem em simultâneo:

"The fallacy of cum hoc, propter hoc mistakes correlation for cause." (Fischer, 1970),

"Correlation and causation. The coefficient of correlation must be thought of, not as something that proves causation, but only as a measure of co-variation." (Croxtton et al., 1957)

Um exemplo clássico é este: o cantar do galo não faz nascer o sol. Outro exemplo desta falácia é assumir que, se as vendas de gelados aumentam ao mesmo tempo que os afogamentos, então comer gelados provoca afogamentos. Na realidade, ambos são influenciados por uma terceira variável (o calor).

Confundir correlação com causalidade é um erro comum na análise empírica e deve ser evitado com recurso a métodos estatísticos robustos.

⁴ "Cum hoc ergo propter hoc" que significa "com isso, logo, causado por isso".

2.5. Falácia do equilíbrio parcial

Esta falácia ocorre quando se considera apenas uma parte dos efeitos ou variáveis relevantes de um fenómeno económico, ignorando interações, efeitos indiretos ou consequências não intencionadas. É o erro de analisar uma medida ou fenómeno económico num único mercado, abstraído das ligações com os restantes sectores da economia:

"In many instances, the general equilibrium impact of a tax may be markedly different from the partial equilibrium effect." (Stiglitz e Rosengard, 2015)

Por exemplo, a ideia de que salários nominais rígidos podem proteger contra a deflação é enganadora se analisada isoladamente. Ignorar os efeitos no emprego e nos preços leva a uma falácia: ao impedirem a descida dos salários nominais, estas rigidezes forçam as empresas a cortar postos de trabalho para manter margens de lucro, o que agrava o desemprego e a pressão descendente sobre os preços. Tal pode, paradoxalmente, reforçar a deflação. Neste caso, a falácia está em avaliar os efeitos da rigidez salarial apenas no plano dos preços, sem considerar os efeitos interdependentes no emprego e na dinâmica macroeconómica - ajustamento em equilíbrio geral (Praet, 2016).

Esta falácia é comum em análises políticas simplistas ou argumentos populistas que ignoram os efeitos de equilíbrio geral ou os "trade-offs" económicos.

No fundo, esta falácia está relacionada com o que escreveu Bastiat (1850):

"Entre um mau e um bom economista, toda a diferença se resume ao seguinte: um detém-se no efeito visível; o outro leva em conta quer o efeito que se vê, quer aqueles que se devem antever".

2.6. Falácia do jogador (ou mito da "dívida" de sorte)

Esta falácia, frequentemente observada em contextos de risco e incerteza, envolve a assunção de que eventos passados influenciam eventos futuros:

"A second and related simple form of probability error is the familiar gambler's fallacy, which is the error of assuming that if a coin has come down heads one time, it is more likely to come down tails the next, because the probability (assuming the coin to be symmetrical) is .5 for heads and .5 for tails. But the "law of averages" does not work this way. The odds are always even in every single toss." (Fischer, 1970)

Na Economia, isso pode ser visto quando investidores acreditam que após várias perdas necessariamente terá de surgir um retorno positivo, ignorando que cada decisão é independente da anterior. Ou seja, é o erro de pensar que uma sequência passada de eventos aleatórios afeta a probabilidade de eventos futuros, mesmo quando esses eventos são estatisticamente independentes (Rabin e Vayanos, 2010).

Essa falácia pode levar a decisões de investimento excessivamente arriscadas e mal fundamentadas.

Não se trata de uma falácia específica da Economia mas que tem impacto nas decisões económicas, nomeadamente ao nível de decisões de investimento e de avaliação de risco.

3. A condição “*ceteris paribus*”⁵ enquanto salvaguarda metodológica e os seus limites

A condição “*ceteris paribus*” é uma ferramenta analítica fundamental na análise económica que para isolar o efeito de uma variável específica sobre outra. Ao isolar o efeito de uma variável face a outra, pretende-se compreender relações de causa e efeito em modelos complexos.

“Other things constant. A phrase (sometimes stated “ceteris paribus”) which signifies that a factor under consideration is changed while all other factors are held constant or unchanged.”
(Samuelson e Nordhaus, 2010)

No entanto, no mundo real, as variáveis raramente permanecem constantes. Assim, aplicar esta condição sem reconhecer os seus limites pode levar a interpretações incorretas. O seu uso deve ser sempre acompanhado de uma avaliação crítica das condições empíricas envolvidas (Reutlinger et al., 2024).

A condição “*ceteris paribus*” não é, em si mesma, uma falácia. É uma ferramenta metodológica válida e fundamental na Economia teórica, usada para isolar o efeito de uma variável, assumindo que as restantes permanecem constantes. Contudo, o seu uso acrítico ou descontextualizado pode induzir falácias ou interpretações erradas — como a falácia da composição, do “*post hoc*” ou da generalização.

Em suma, embora seja um instrumento metodológico muito relevante, nomeadamente quando em presença de possíveis falácias, o uso do “*ceteris paribus*” deve ser sempre acompanhado de espírito crítico e consciência dos limites empíricos e lógicos da análise (Hausman, 1992).

⁵ “*Ceteris paribus*” que significa “tudo o resto constante”, ou seja, mantido inalterado tudo o resto.

4. Conclusão

Compreender e identificar falácias como as referidas neste artigo é vital para a análise económica. Também se destaca a importância da aplicação rigorosa de metodologias como a condição “*ceteris paribus*” para dar uma base sólida à análise económica, ajudando a evitar conclusões falaciosas.

Ignorar estas falácias contribui para políticas mal calibradas, diagnósticos errados e debates públicos empobrecidos. Ao alimentar simplificações e interpretações enviesadas, dificulta-se a compreensão das interdependências económicas, comprometendo a qualidade da análise e da decisão em matérias de interesse público.

É fundamental que os economistas e decisores mantenham um espírito crítico e metodologicamente rigoroso ao interpretar dados e tendências, garantindo análises e decisões económicas bem fundamentadas e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Referências

Bastiat, Frédéric (1850). O que se vê e o que não se vê, ou A economia política numa lição. In O Estado e Outros Ensaios, 2019.

Caballero, Ricardo J. (1992). *A Fallacy of Composition*. The American Economic Review.

Case, Karl E.; Fair, Ray C.; Oster, Sharon M. (2020). *Principles of Macroeconomics*. Global Edition.

Croxtan, Frederick E.; Cowden, Dudley J.; Klein, Sidney (1957). *Applied General Statistics*. Prentice-Hall.

Fischer, David Hackett (1970). *Historians' Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought*. Harper & Row.

Hausman, Daniel M. (1992). *The Inexact and Separate Science of Economics*. Cambridge University Press.

Letwin, William (1963). *Four Fallacies about Economic Development*. The MIT Press.

Praet, Peter (2016). *The European Central Bank's fight against low inflation - reasons and consequences*.

Rabin, Matthew; Vayanos, Dimitri (2010). *The Gambler's and Hot-Hand Fallacies: Theory and Applications*. Review of Economic Studies.

Reutlinger, Alexander; Schurz, Gerhard; Hüttemann, Andreas; Jaag, Siegfried (2024). *Ceteris Paribus Laws*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (*Spring 2024 Edition*).

Samuelson, Paul A.(1955). *Economics: An Introductory Analysis*. McGraw-Hill.

Samuelson, Paul A.; Nordhaus, William D. (2010). *Economics*. McGraw-Hill/Irwin.

Stiglitz, Joseph E.; Rosengard, Jay K. (2015). *Economics of the public sector*. W. W. Norton & Company.